

## O Beneficiamento e a Comercialização de Sementes da Amazônia no Município de Porto Velho, RO

Sidney Rivero TAVERNARD  
Universidade de Santo Amaro  
[sidneyrt@gmail.com](mailto:sidneyrt@gmail.com)

Teresinha Covas LISBOA  
Universidade de Santo Amaro – Faculdade INESP  
[teresinhacovas@uol.com.br](mailto:teresinhacovas@uol.com.br)

### Resumo

Este artigo tem como objetivo mostrar, sob a ótica epistemológica, que ações conscientes de sustentabilidade implantadas na região da Floresta Amazônica, no município de Porto Velho – RO, não foram criadas para impedir o desenvolvimento econômico ou a sobrevivência de pequenos investidores que trabalham com a matéria prima retirada da floresta. Nessa localidade surge uma proposta de organização da comunidade com a ajuda dos órgãos governamentais mencionados, que visam suprir a ausência de conhecimento técnico para o manuseio correto do material aproveitado da floresta, com a possibilidade de um amadurecimento gerencial e técnico por parte da comunidade organizada, procurando tornar cada vez mais eficazes seus negócios em detrimento do amadorismo. Com base, ainda, na dificuldade social relativa ao desemprego no país, a atividade empreendedora ambiental pode ser uma alternativa consistente para muitos que não conseguem recolocação nem inserção no disputado mercado de trabalho, assim como pode ser uma possível complementação de renda para os que já trabalham.

**Palavras-chave:** Amazônia. Sustentabilidade. Empreendedorismo.

### Abstract

The purpose of this article is to show, under the epistemological optics that conscientious procedures of sustainability can be set at Amazonian Forest region, in the city of Porto Velho - RO, and that they had not been created to obstruct the economic development or the survival of small investors who work with the material removed off the forest. In this region appears a proposal of organization by the community with the aid of the mentioned governmental departments, that aim to supply the knowledge absence technician for the correct manipulation to advantage of the organic material of the forest, with the possibility of a enlargement and technician management by the organized community, aim to become more efficient on businesses in detriment of the amateurism. Still based in the relative difficulty social to the unemployment in the country, the entrepreneur's environment activity can be a consistent alternative for those whose do not obtain replacement or insertion in the disputed market of work, as well as can be a possible complementation of income for those that already work.

**Keywords:** Amazonia, Sustainability, Entrepreneur

## 1 Introdução

A Floresta Amazônica é uma região que representa a maior reserva biogenética do planeta, objeto de muitas pesquisas. Os governos locais e nacionais têm sido pressionados para tomarem atitudes e implantarem normas severas de proteção e conservação contra os riscos de desastres ecológicos e da deterioração da qualidade de vida. O homem deve ter a consciência do uso dos recursos naturais de um modo mais eficaz e eficiente, onde se deve retirar apenas o que pode ser repostado ou o que a própria natureza desprezou em seu ciclo de vida natural. Ao buscar preencher suas necessidades o homem deve pensar em preservar a biodiversidade e ecossistemas naturais, planejando e agindo de forma a atingir pró-eficiência, provendo o melhor para si e para o ambiente (GUIMARÃES, 1991).

A Amazônia, localizada ao norte da América do Sul, ocupa uma área total de mais de 6,5 milhões de km<sup>2</sup>, sendo que, cerca de 85% da região fica em território brasileiro, onde ocupa mais de cinco milhões de km<sup>2</sup>, aproximadamente 61% da área do país e representa um terço de toda a área de florestas tropicais do mundo, essencial para o clima e a diversidade biológica do planeta. A área de preservação ambiental, conhecida como Amazônia Legal foi criada pelo governo brasileiro por meio da lei nº. 1.806, de 6 de janeiro de 1953, com o intuito de melhor planejar o desenvolvimento social e econômico da região amazônica. É uma área que engloba vários estados brasileiros pertencentes à bacia amazônica: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, além de parte dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. O conceito de sustentabilidade, no Estado de Rondônia, tem como exemplo, a criação artesanal de bijóias, feitas com sementes e a agregação de materiais nobres como ouro e prata. São enfocados os projetos dos governos, tanto na esfera federal quanto estadual e municipal e o trabalho de órgãos como EMATER (Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia) e CETENE (Centro Tecnológico e de Negócios de Rondônia) junto às populações locais que tiram seu sustento da Floresta Amazônica.

A evolução histórica ambiental do Brasil tem sido caracterizada por uma constante de desastres ecológicos. Pádua (2001) faz referência à exploração intensiva dos recursos naturais pelos portugueses desde o descobrimento, com a extração do pau-brasil e explorações subsequentes com os ciclos econômicos, da cana-de-açúcar, do algodão e do café. Essa exploração de característica predatória é o marco inicial das agressões ao meio ambiente em nível nacional. Apesar da visão ecológica de alguns políticos e administradores da época do Império, como os abolicionistas José Bonifácio (1849-1910), Joaquim Nabuco, André Rebouças Nicolau Moreira e outros, a herança centralizadora patrimonialista trazida pelo governo português impossibilitou a busca de outro estilo de desenvolvimento (GUIMARÃES, 1991). Nas palavras de José Bonifácio, que previa um colapso da vida nacional pelo mau tratamento do território, já em 1823:

Nossos montes e encostas vão-se escalvando diariamente, e com o andar do tempo faltarão as chuvas fecundantes que favoreçam a vegetação e alimentam as nossas fontes e rios, sem o que o nosso belo Brasil, em menos de dois séculos, ficará reduzido aos páramos e desertos áridos da Líbia (PÁDUA, 2001).

Além disso, as características de formação da cultura nacional tais como: o autoritarismo, o corporativismo, o centralismo, o paternalismo, o elitismo e a burocracia fizeram com que o administrador público e a população não tivessem cuidados para com a natureza. Isso não é exclusivo do trato do meio ambiente, mas uma característica da estrutura

patrimonial-estamental enraizada na cultura e na administração do país. Nesse sentido, os problemas ambientais estão presentes desde os primórdios da história brasileira e podem ser considerados como uma marca do estilo de desenvolvimento adotado desde a fundação do país (FAORO, 1987; SCHWARTZMAN, 1988).

No Brasil, a gestão do meio ambiente caracteriza-se pela desarticulação dos diferentes organismos envolvidos, pela falta de coordenação ou pela escassez de recursos financeiros e humanos para o gerenciamento das questões relativas ao meio ambiente. Tal situação caracteriza-se pelo resultado da aplicação de diferentes estratégias adotadas em relação à questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico do Brasil.

Diante dos protestos crescentes da população contra os riscos de desastres ecológicos ou da deterioração da qualidade de vida, os governos locais e nacionais são pressionados a implantar normas cada vez mais severas de proteção e conservação.

É na floresta Amazônica, região que representa hoje a maior reserva biogenética do planeta, guardando em seus ecossistemas um monumental volume de conhecimento em grande parte ainda inexplorado e cuja biodiversidade tem despertado o interesse mundial, que está o Estado de Rondônia, o qual tem sido objeto de múltiplas pesquisas nestes últimos anos (AGRA, 2003, p.1).

O Estado de Rondônia, por sua localização, seu clima e sua ocupação acelerada e descontrolada, é um retrato síntese da região amazônica, onde não está havendo a responsabilidade de órgãos ou pessoas com o seu desenvolvimento sustentável. A colonização de Rondônia tem sido feita de modo desordenado e com interesse e valores diversos. A ocupação, que inicialmente não se deu por ação oficial e sim por ação particular, por ocasião da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, vem sofrendo ao longo de sua história a interferência de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, com alegações variadas. Em projetos como o Polonoroeste, Planaforo e outros, não se levou em conta as necessidades da população local.

Desde a exploração dos potenciais turísticos até a exploração de gases, óleos e plantas, eles remetem as atenções a interesses individuais de pessoas, órgãos, empresas ou países, esquecendo a devida atenção ao verdadeiro interessado no que se refere ao desenvolvimento regional: a população local (AGRA, 2003, p.5).

É uma região que pode ser considerada como pólo de desenvolvimento porque, segundo Perroux (1968), é uma unidade econômica motriz ou um conjunto formado por várias dessas unidades.

O presente estudo servirá como contribuição científica para alertar os órgãos públicos e ambientalistas para os problemas da população que retira sua subsistência da floresta e a necessidade de sua preservação e hegemonia nacional. A partir das constatações geradas, justifica-se um estudo de caso aprofundado, em que o foco é a ação da liderança empreendedora sustentável no município de Porto Velho, RO.

## **2 Problema de Pesquisa e Objetivo**

Este artigo tem como objetivo mostrar, sob a ótica epistemológica, que ações conscientes de sustentabilidade implantadas na região da Floresta Amazônica, no município

de Porto Velho – RO, não foram criadas para impedir o desenvolvimento econômico ou a sobrevivência de pequenos investidores que trabalham com a matéria prima retirada da floresta. Partiu-se do seguinte questionamento: como ocorre o beneficiamento e a comercialização de sementes da Amazônia? Será que as biojóias lá fabricadas são confeccionadas por mão-de-obra especializada?

O pressuposto é o de que os órgãos governamentais investem nesse segmento, visando a preservação da Amazônia.

### 3 Conceitos de Gestão Ambiental, Sustentabilidade e Sustentável

O conceito de Gestão Ambiental é muito recente e vem causando muita confusão entre os especialistas em meio ambiente. O primeiro esclarecimento que essa área de caráter multidisciplinar pede é que profissionais dos mais diversos campos podem atuar nela, desde que devidamente habilitados. Esses profissionais devem ser formados com um diferente perfil dos que antes eram intitulados ecologistas, que eram os defensores da natureza. Para tanto, é necessária a formação de pessoas que agreguem a visão ambientalista à visão da exploração racional dos recursos naturais. Em muitos casos, esses profissionais são chamados de gestores ambientais. A função da Gestão Ambiental é a de ordenar as atividades humanas para que estas originem o menor impacto possível sobre o meio ambiente. Esse processo engloba desde a escolha das melhores técnicas possíveis para a exploração consciente até o cumprimento da legislação, inerente à área de assuntos públicos e a alocação correta de recursos humanos e financeiros, no que se refere ao meio privado, entre eles: empresas, indústrias, fazendas e pequenos produtores, entre outros (REZENDE, 2006, p. 33).

A Gestão Ambiental é uma questão de sustentabilidade e de obrigação, tanto do homem enquanto participante do espaço estudado quanto do homem habitante do planeta. Este deve ter a consciência do uso dos recursos naturais de um modo mais eficaz e eficiente, onde se deve retirar apenas o que pode ser repostado ou o que a própria natureza desprezou em seu ciclo de vida natural. Como exemplo de uso consciente dos recursos naturais do planeta podemos citar a *Conservation International* (CI), uma das maiores organizações ambientais, dedicada à conservação e uso sustentado da biodiversidade mundial. De caráter privado e sem fins lucrativos, dedica-se à conservação e uso sustentado da biodiversidade. A CI, que atua no Brasil desde 1988, inaugurou no país o Centro de Liderança Ambiental para Empresas (CELB - *Center for Environmental Leadership in Business*), em parceria com a Ford Motor Company.

Segundo Glenn Prickett, Diretor Executivo do CELB e Vice-Presidente da *Conservation International*,

Com a expansão do CELB para o Brasil, importante centro econômico e um País rico em biodiversidade, a *Conservation International* espera ajudar o setor privado brasileiro a desenvolver práticas de negócios que reduzam danos ecológicos causados pela indústria. (PRICKETT, PRESS RELEASES, 2006, p. 1).

Seu quadro consultivo é formado por empresários de destaque no cenário nacional que desempenham papel fundamental na construção de parcerias e busca de novas oportunidades. O objetivo deles é o de buscar soluções inovadoras e cientificamente embasadas que promovam o desenvolvimento econômico de forma compatível com a proteção dos ecossistemas naturais, tendo o cuidado de proteger as realidades locais e as necessidades

particulares das comunidades. Baseados nos conceitos expostos define-se sustentabilidade como uma forma de agir da sociedade humana, que, ao buscar preencher suas necessidades pensam em preservar a biodiversidade e ecossistemas naturais, planejando e agindo de forma a atingir pró-eficiência, provendo o melhor para os homens e para o ambiente.

Dos conceitos apresentados podemos apreender que as ações sustentáveis dizem respeito a todas as ações que procuram garantir o futuro de um lugar com uma boa qualidade de vida para todos, respeitando as pessoas e conservando o meio ambiente, devendo ser praticada em várias dimensões, tais como: ambiental, econômica, social, política e cultural.

#### **4 A Liderança Empreendedora Ambiental em Rondônia**

O nome Rondônia é uma homenagem ao Marechal Cândido Rondon, desbravador da região, que, até o século XVII recebera apenas algumas missões religiosas que se haviam aventurado pela região. A descoberta do ouro no vale do rio Cuiabá, no século XVIII trouxe os bandeirantes que começaram a explorar o vale do rio Guaporé. Outra riqueza natural, a borracha, foi um fator importante para a colonização quando, no final do século XIX, nordestinos migraram para a área (CETENE, 2005).

O Território Federal de Guaporé, denominação antiga do Estado de Rondônia, foi criado em 1943, em terras desmembradas do Amazonas e de Mato Grosso. A descoberta de cassiterita estimulou a economia local e, em 1981, Rondônia tornou-se Estado.

Rondônia é a área de concorrência intensa de cassiterita – minério de estanho. Essas reservas representam frações significativas das reservas mundiais e cerca de 70% das reservas brasileiras conhecidas. Foi descoberta na década de 50 e extraída através do garimpo que atuou até o início da década de 70 quando o governo federal o proibiu (Portaria nº 195 de 31/03/1071), entregando a exploração aos grandes grupos econômicos – Itaú, Paranapanema, Patiño – Englarth, Brascan e Dramin (OLIVEIRA, 1993, p. 38).

Já naquela época, milhares de famílias que viviam na região aguardavam a distribuição de terras pelo Incra, situação que ainda não encontrou uma solução definitiva.

A capital do Estado de Rondônia, Porto Velho, foi oficializada em 2 de outubro de 1914 e foi criada por desbravadores por volta de 1907, durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. As histórias da cidade e da ferrovia são interligadas. A cidade nasceu e cresceu das instalações ferroviárias da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. A necessidade da estrada de ferro era devido à dificuldade de navios navegarem pelo rio Madeira, por seus trechos encachoeirados, para escoamento do produto da exploração da borracha e posteriormente da cassiterita e do ouro. Moravam cerca de mil pessoas quando a obra da construção da Estrada de Ferro se concluiu, geralmente seus residentes eram funcionários da empresa construtora. Tornou-se município em 1914, quando ainda pertencia ao Estado do Mato Grosso. Em 1943, com o município de Guajará-Mirim passou a constituir o Território Federal do Guaporé, que em 1956 passou a ser denominado Rondônia, e veio a ser elevado à categoria de Estado em 4 de janeiro de 1982.

Desde meados do século XIX, nos primeiros movimentos para construir uma ferrovia que possibilitasse superar o trecho encachoeirado do rio Madeira (cerca de 380km) e dar vazão à borracha produzida na Bolívia e na região de Guajará-Mirim, a localidade escolhida para construção do porto onde o caucho seria transbordado para os navios seguindo então para

a Europa e os EUA, foi Santo Antônio do Madeira, província de Mato Grosso. Órgãos públicos e privados vêm, por meio de projetos e pesquisas, tentando direcionar o desenvolvimento sustentável de Rondônia tendo como meta a equalização do desenvolvimento populacional com o desenvolvimento econômico da região.

No final da década de 80, Rondônia já se encontrava com uma população de mais de 110 mil famílias, trazidas de todos estados do país e incentivadas pelo Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil Polonoroeste criado pelo Governo Federal na década de 70, programa que teve como objetivo principal asfaltar o trecho da BR-364 entre Cuiabá e Porto Velho, com financiamento feito pelo BIRD e a implantação de vários projetos de colonização do INCRA (OLIVEIRA, 1993, p.100).

O Polonoroeste tinha como objetivos principais:

- a) contribuir para a maior integração nacional;
- b) promover a adequada ocupação demográfica da região noroeste do Brasil, absorvendo populações economicamente marginalizadas de outras regiões e proporcionando-lhes emprego;
- c) aumentar a produção da região e a renda de sua população;
- d) reduzir as disparidades de desenvolvimento intra e inter-regionais;
- e) assegurar o crescimento da produção em harmonia com as preocupações de preservação do sistema ecológico e de proteção às comunidades indígenas. (EMBRAPA).

O Polonoroeste trouxe como consequência, além do aumento do fluxo de migrantes em busca de terra e trabalho, o desmatamento acelerado, a invasão de áreas indígenas e unidades de conservação, o crescimento desordenado das áreas de garimpo a exploração predatória da madeira e a concentração fundiária. Com o brutal crescimento demográfico em Rondônia ocorreu uma acirrada disputa pela posse de terras, com violentas pressões sobre os territórios ocupados pelas populações indígenas.

[...] todo o processo de ocupação da Amazônia tem representado uma usurpação dos territórios das nações indígenas, e este processo não foi realizado sem intencionalidade, ao contrário, era e é a estratégia geopolítica do confisco sumário pela força desses territórios e o enquadramento e redefinição das terras indígenas, agora na visão e no conceito capitalista das reservas e parques indígenas. (OLIVEIRA, 1993, p. 103).

De 1992 a 1995, para corrigir desvios na execução do Polonoroeste, foi criado o Programa Plano Agropecuário e Florestal do Estado de Rondônia (Planaflo), objeto de um acordo de empréstimo internacional com o Banco Mundial, projeto que tinha como objetivo geral conservar a biodiversidade de Rondônia, criando, ao mesmo tempo, uma base para a utilização sustentável de seus recursos naturais renováveis, visando os benefícios econômicos diretos para a população local, ou seja, o projeto visava promover o desenvolvimento sustentável do Estado de Rondônia por meio de ações voltadas ao ordenamento territorial.

Suas ações seriam baseadas no zoneamento socioeconômico-ecológico, em outras palavras, suas ações buscavam equilibrar a ocupação do território pelas atividades econômicas (agricultura, pecuária, mineração etc.) com a conservação da sua diversidade biológicas e culturais, sanando conflitos fundiários e o mau uso dos recursos naturais (desmatamento, erosão e assoreamento dos cursos d'água, entre outros), desestimulando a expansão desordenada da fronteira de Rondônia, reduzindo a taxa de destruição da floresta tropical a

níveis controláveis e aceitáveis, incluindo também um programa de reformas institucionais que permitisse o fortalecimento institucional, a capacitação técnica e a articulação das políticas públicas.

Na execução do Planafloco houve falhas quanto ao zoneamento socioeconômico-ecológico, o qual, ao propor uma abordagem restrita à preservação dos recursos florestais, ignorou as demandas socioeconômicas, apresentando clara opção por um enfoque preservacionista, apoiado em forte legislação proibitiva.

Os beneficiários diretos previstos pelo Planafloco eram: 52 mil famílias de produtores rurais; 2.400 famílias de seringueiros; 900 famílias de pescadores artesanais; e cerca de seis mil índios (1.200 famílias). Contudo, com exceção do transporte rodoviário e demarcação das reservas extrativistas e indígenas, os resultados obtidos em relação aos beneficiários diretos foram somente regulares. O único segmento plenamente atendido pelo Projeto foi o indígena (FERREIRA, 2006, p.6).

Assim, o Planafloco foi perdendo o caráter de um instrumento flexível e subsidiador da tomada de decisão necessária à gestão ambiental. Um forte concorrente para a revisão e prorrogação do Planafloco foi a criação de uma grande quantidade de unidades estaduais de conservação em prazo muito curto, resultando em diversos problemas relacionados com a demarcação inadequada de certas áreas e com a ausência de diretrizes básicas, procedimentos operacionais apropriados e a falta de aparelhamento institucional.

Além do desmatamento, Rondônia sofre com outras formas de exploração que acarretam impactos ambientais bastante negativos: a atividade mineradora e a exploração madeireira, atividades que levam ao empobrecimento da floresta, com a perda da biodiversidade e a exposição do solo às intempéries. Mais uma vez, repete-se o erro do passado que, através de projetos agropecuários para a região, com a falsa premissa de que o solo da Amazônia é fértil, podendo garantir uma produção agrícola farta e duradoura, trouxe milhares de pessoas a sobreviver na miséria nas cidades de Rondônia, visto ser o solo da floresta, na sua maior parte, composto por uma base arenosa coberta por camada pequena de húmus que, após o desmatamento, é levada rapidamente pelas chuvas, dando início à erosão, com deslocamentos de terras para os rios e igarapés.

Quando levamos em consideração o histórico apresentado, observa-se que no Estado de Rondônia, por sua localização, seu clima e sua ocupação acelerada e descontrolada, é um retrato síntese da região amazônica, e que não está havendo a responsabilidade de órgãos ou pessoas com o seu desenvolvimento sustentável. Observa-se que nos projetos citados não se levou em conta as necessidades da população local. Desde a exploração dos potenciais turísticos até a exploração de gases, óleos e plantas remetem as atenções a interesses individuais de pessoas, órgãos, empresas ou países, esquecendo a devida atenção ao verdadeiro interessado no que se refere ao desenvolvimento regional: a população local.

## **5 Da origem das sementes à criação das biojóias**

Ao longo de milhões e milhões de anos as plantas desenvolveram uma primeira forma unicamente terrestre de reprodução, óvulos dispostos em seus caules e hastes, para serem fecundados por células masculinas trazidas pelo vento. Esses óvulos, que parecem frutos, pois ainda estão vivos e uma vez fecundados começam imediatamente a se desenvolver, independentemente de onde caíam, podendo apodrecer sem que gerem uma nova planta.

A nova problemática da natureza foi resolver esse problema, ou seja, criar um ovo que mesmo fecundado só germinasse quando fosse possível dar origem a um novo indivíduo, surgindo, assim, a semente. Como nas plantas antigas os óvulos ficam expostos nos caules e hastes da planta, e uma vez fecundados, ao invés de começarem a se desenvolver, e essa é a diferença, endurecem e ficam aguardando as condições ideais para começarem a germinar. Essa “embalagem” facilita o transporte pelos animais, que as levam e espalham com maior facilidade. Assim, a natureza criou um jeito de “guardar as plantas” e permitir que sejam levadas com segurança para todos os cantos do planeta, deixando que a semente “decida” se e quando surgirá ou não uma nova vida.

## 5.1 Floresta Tropical Úmida

As florestas tropicais úmidas estão localizadas na Ásia, África, América Central, América do Sul e em algumas ilhas do Oceano Pacífico. Do total de 1,5 milhões de seres vivos, cerca de um terço pertence a este habitat, sendo que o Brasil abriga 10% dessas espécies. Quase metade de todas as florestas tropicais encontra-se no Brasil. Elas cobrem 42% de todo o território do país (RODRIGUES, 2006).

A maior floresta tropical do mundo é a Amazônica, com 5,5 milhões de quilômetros quadrados. Desse total, 3,3 milhões de quilômetros quadrados (60%) ficam em território brasileiro.

Por via prazerosa, o homem da Amazônia percorre pacientemente as inúmeras curvas dos rios, ultrapassando a solidão de suas várzeas pouco povoadas e plenas de incontáveis tonalidades de verdes, da linha do horizonte que parece confinar com o eterno, da grandeza que envolve o espírito numa sensação de estar diante de algo sublime (LOUREIRO, 1995, p. 59).

O restante se divide entre Guiana Francesa, Suriname, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. Já foram registradas na floresta amazônica brasileira 2500 espécies de árvores. Em apenas um hectare são encontradas trezentas espécies vegetais diferentes.

A Mata Atlântica é a segunda maior extensão original de florestas tropicais do Brasil. Na época do descobrimento do país ocupava 1,3 milhões de quilômetros quadrados ao longo da costa brasileira. Hoje, está reduzida a apenas 12% do seu tamanho original.

Por fim, o cerrado que é caracterizado por vegetação com árvores baixas, de troncos retorcidos, e solos ácidos, pouco férteis; ocupa atualmente 131,5 milhões de hectares, dos 200 milhões originais. O cerrado é fundamental para a preservação das nascentes dos rios, pois ele recobre as cabeceiras, retendo a água.

O Brasil é considerado o país que tem a flora mais rica do mundo, além de ser campeão mundial de variedades de flores, reunindo em torno de 50 mil Segundo Ribeiro (2006), há três tipos de floresta amazônica: mata de terra firme, onde encontramos as árvores mais altas, com até 65 m de altura, como a castanheira-do-pará e o guaraná, com copas fechadas que impedem a entrada de luz natural, deixando o interior da floresta úmido e sem ventilação; mata de igapó, localizada em terrenos mais baixos, formada por espécies de ramificação baixa e densa, como a vitória-régia e mata de várzea, tipo de transição entre as duas primeiras, cuja composição varia de acordo com a proximidade dos rios, onde encontramos a seringueira, as palmeiras e o jatobá, entre outras árvores de grande porte.

## 5.2 Biojóias

Não existe, até o momento, uma bibliografia especializada sobre a biojóia. O texto apresentado sobre o assunto foi baseado na experiência administrativa e empreendedora de um dos autores deste trabalho, proprietário de uma empresa que comercializa o produto.

As biojóias são jóias feitas artesanalmente com sementes colhidas na floresta, beneficiadas e imunizadas pelos índios, seringueiros, colonos e ribeirinhos da região, onde, repassadas para os artesões locais, tornam-se através de fino acabamento em maravilhosas peças. Produzir uma biojóia é a arte de unir elementos vegetais com metais nobres e pedras preciosas e gemas coradas, para transformar sementes, pedaços de madeiras e outros materiais em verdadeiras jóias naturais. As sementes são lapidadas manualmente uma a uma e quando necessário, tingidas. É perceber a beleza nos pequenos detalhes e tirar partido do que a natureza criou realçando com materiais de joalherias, verdadeiras "pérolas" vegetais. As biojóias trazem as cores, formas e texturas da riquíssima flora brasileira, dando a quem as usa toda essa beleza e um ar muito natural.

As sementes mais adequadas para a fabricação de biojóias são as maduras que não germinam, catadas no solo da floresta que se transformam em peças exclusivas da criação nativa, pelos artesãos da Amazônia, traduzindo beleza e arte em requintadas bijuterias coloridas. Dentre as sementes utilizadas, temos: Murmuru, Jarina (Marfim Vegetal), Paxiubão, Paxiuba, Olho-de-Boi, Jatui, Buriti, Sibipiruna, Mulungu, Coco, Babaçu, entre centenas de outras sementes e, dentre outras tantas espécies destacam-se: Açaí, Jarina, Ucumã ou Tucum - Açu, Bacaba ou Bacaba - Açu, Inajá, Muruci ou Murici, Morototó, Tento, Saboneterira e Licuri. Às sementes beneficiadas são juntados materiais nobres como o ouro e a prata ou outros retirados da floresta e rios, como resíduos madeireiros, fibras de carauá, fibras de miriti e escama de peixe.

## 5.3 Características das Sementes

Dentre as muitas espécies de sementes colhidas para a produção das biojóias, as listadas abaixo foram as apresentadas nos cursos de aperfeiçoamento do CETENE e EMATER oferecidos aos artesãos locais.

### Jarina

A jarina ou marfim vegetal é o côco de uma palmeira encontrada no norte da América do Sul. De início as cavidades das sementes contêm um líquido parecido com água de coco, depois, essa água transforma-se numa gelatina doce e comestível. Por fim, a gelatina amadurece e vira uma substância branca e dura parecida com o marfim de origem animal, sendo por isso, conhecida como marfim vegetal. Foi descoberta em 1750, pelo Frei sul-americano Juan de Santa Gertrudes. Sua germinação é de três a quatro anos. As sementes podem ser coletadas entre os meses de maio a agosto. O nome científico da planta é *Phitelephas Macrocarpa*, o qual deriva do grego *phyton* = planta e *elephas* = elefante (EMATER, 2006). Sua espécie está concentrada de 80% a 90% no Estado do Acre e vem sendo explorada de maneira predatória, tanto no Brasil como para o exterior, onde se agregam valores às sementes com brilhantes, ouro e prata, voltando como produto acabado mais com um custo muito alto.

### **Tucumã ou Tucumã do Pará**

Originária do Estado do Pará é encontrada na Floresta Amazônica de terra firme. Os frutos amadurecem a partir do final de novembro até maio, são comestíveis e muito ricos em vitaminas; possuem o mais elevado potencial de pró-vitamina A que se conhece na natureza. É uma palmeira exuberante e na cultura indígena é associada à proteção espiritual. Nome Científico: *Astrocaryum Vulgare*, da família *Palmae Arecaceae*.

### **Babaçu**

O babaçu é originário da região de florestas pluviais da Amazônica, Bahia e Minas Gerais. Os frutos amadurecem entre os meses de agosto a janeiro. Da amêndoa verde retira-se um leite muito nutritivo e da amêndoa madura extrai-se um óleo alimentício de boa qualidade com o qual se fabrica manteiga, sabões e sabonetes, velas etc. O nome científico é *Orbignya Speciosa* (EMATER, 2006).

### **Jacarandá ou Caroba**

Nome Científico: *Micrantha Cham*, da família *Bignoniaceae*. Originária das regiões de Minas Gerais ao Rio Grande do Sul, na floresta latifoliada do alto Uruguai e semidecídua da Bacia do Paraná. Os frutos amadurecem nos meses de julho a setembro com a planta totalmente despida de sua folhagem.

### **Jatobá ou Jutáí**

Nome Científico: *Hymenaca Stigonocarpa*, da família *leguminosae caesalpinoideae*. O jatobá, conhecido por vários nomes: jatobá, jataí, jataí-amarelo, jataí-peba, jitaí, farinha ou imbiúva floresce durante os meses de outubro a dezembro. Os frutos amadurecem entre os meses de agosto e setembro. É originária da Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí e São Paulo no Cerrado.

### **Murumuru**

Da família botânica *Palmae*, o nome científico da palmeira Murumuru é *Astrocaryum murumuru Mart*. O fruto do murumuru, quando maduro, é um coco de coloração avermelhada, levemente adocicado, bastante oleoso e também comestível. Depois de processado, é usado como matéria-prima na industrialização de margarinas, seu principal aproveitamento comercial.

Citamos algumas espécies de sementes, com o buriti, em um universo que revela centenas de inter-relações entre as espécies. Estima-se que a intervenção do homem nas florestas tropicais representa a perda de uma espécie por dia. Caso se mantenha esta atividade de forma agressiva e sem sustentabilidade, ao final de 50 anos, perderemos 10% das florestas da terra, onde em algumas espécies jamais conseguiremos saber qual a sua função sobre o ecossistema e utilidade para o homem e o equilíbrio da vida na terra.

Nosso estudo se justifica por mostrar que algumas espécies ao serem coletadas devem seguir os sistemas de manejo, técnicas de corte e sustentabilidade por parte das lideranças organizadas por associações, cooperativas e órgãos governamentais. O que constantemente ouvimos e vemos na mídia nacional é o completo descaso para com o impacto de projetos que são implantados e não seguem os sistemas e monitoramento ambiental.

## 6 Sustentabilidade Empresarial

Dentre as várias definições acerca do que seja sustentabilidade, utilizaremos a seguinte definição para a sustentabilidade empresarial:

Sustentabilidade é a característica que permite ao negócio a satisfação das atuais necessidades sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer as suas necessidades. (DORRESTEIJN et al, 2005, p. 23).

Essa definição faz com que o empreendedor amplie sua visão, respeitando o meio ambiente e a sociedade, considerando os fenômenos que ocorrem atualmente. Como exemplo podemos citar: a destruição da camada de ozônio, o aquecimento global, alterações biogeoquímicas nos ecossistemas etc. Diante disso, a reformulação do negócio ou empreendimento deve ser revista pelo empresário, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável de sua comunidade, região ou país, uma vez que a empresa é a base para um futuro melhor, construindo com isso, uma nova sociedade.

O conceito de sustentabilidade no mundo dos negócios fundamenta-se em: atividades humanas que não comprometam as futuras gerações, onde os ecossistemas globais sejam produtivos e protegidos e que todas as regiões do mundo tenham garantia do alimento e a população esteja dentro da capacidade de carga do planeta.

O empreendimento deve buscar principalmente realizar os objetivos sociais, ambientais e econômicos, facilitando o desenvolvimento sustentável da sua comunidade ou região, através do bom manejo dos recursos e sistemas naturais. Esse conceito expressa uma preocupação com os problemas ambientais causados pelo crescimento econômico dos dois últimos séculos. O crescimento passa a ser um fim e não um meio, externalizando livremente seus custos sociais e ambientais, ampliando a desigualdade econômica e social entre as nações e dentro delas (SACHLS, 1993, p.19).

### 6.1 Negócio Sustentável

Podemos relacionar o negócio sustentável com as principais características, que são: buscar a criação de benefícios sociais; satisfazer as aspirações humanas; satisfazer ou ultrapassar as condições ambientais de sustentabilidade; desenvolver mercados que incorporem esses valores e ser rentável.

A visão do presente momento de tomar decisões, agora, é compartilhada por todos, não apenas os donos ou acionistas, mas também os clientes, empregados e a comunidade que é representada pelos órgãos e instituições locais e nacionais. O crescimento tradicional levou a sociedade a assumir uma posição, na qual persistiu a redução de custos, a globalização e, principalmente a procura de novos produtos.

Por outro lado, o crescimento sustentável procura uma melhoria da qualidade de serviços e informações, atentando para a preservação da biodiversidade. O empreendimento de hoje deve consistir no desenvolvimento de um sistema mais cíclico que linear, isto é, na medida do possível deve-se imitar os sistemas naturais que operam em ciclos de geração, degradação e regeneração, sendo que os processos lineares geram resíduos não-utilizáveis que se acumulam nas fontes dos recursos naturais os quais são aproveitáveis pelos seres humanos.

No que diz respeito, especificamente à região amazônica, o Ministério do Desenvolvimento Agrário projetou um plano de desenvolvimento específico para o agronegócio no bioma amazônico, com o reaproveitamento de áreas já desmatadas para o plantio.

A sustentabilidade será, inegavelmente, parte fundamental do planejamento das ações empresariais, tanto para micro, pequenas ou grandes empresas, em conjunto com diretrizes de desenvolvimento governamentais que consolidarão esforços tanto das esferas públicas como privadas. Para tal é necessário rever valores institucionais, a fim de reverter o quadro de devastações ambientais geradas pela atuação industrial e da deterioração social, principalmente o preocupante quadro de desemprego.

Programas de desenvolvimento sustentável ou de negócios sustentáveis serão primordiais para conciliar a continuidade de investimentos em setores produtivos, a produtividade, competitividade e lucratividade, considerando-se valores de preservação do patrimônio ecológico e ampliação das situações de qualidade de vida, não mais para determinado segmento da população, mas para a sociedade como um todo, incluindo-se todos os seres vivos, dessa e de futuras gerações.

## 6.2 Mercado Empresarial de Rondônia

Para sermos mais específicos iremos nos voltar para a realidade do Estado de Rondônia, onde podemos dividir o sistema produtivo nos setores primários, secundário e terciário. Quanto ao setor primário destacamos a agricultura, pecuária, piscicultura, apicultura, extrativismo vegetal e mineral.

O extrativismo mineral destaca-se pela ocorrência de ouro, cassiterita, diamante, nióbio, quartzo, granito e água mineral, enquanto o extrativismo vegetal destaca-se pela produção de cacau, madeira em toras, castanha-do-pará e borracha Sivestre. O destaque no setor agrícola, nacionalmente, dá-se por produzir cereais, café, soja, milho, banana, mandioca, além de hortifrutigranjeiros. O efetivo pecuário é composto principalmente de rebanhos bovinos de corte e de leite, com mais de cinco milhões de cabeças e uma bacia leiteira em franca expansão, notadamente nas regiões de Porto Velho, Jaru, e Ouro Preto do Oeste e Colorado do Oeste. No setor secundário prevalece a agroindústria, destacando-se a produção de laticínios, na região central do Estado e crescem as indústrias de transformação destinadas aos setores moveleiro, de confecções, couro e calçados. O setor terciário envolve comércio e serviços, é o que mais cresce no Estado, tendo em vista a evolução urbana da capital e de municípios como Vilhena, Pimenta Bueno, Rolim de Moura, Cacoal, Ji-Paraná, Jaru, Ouro Preto e Ariquemes. (MATIAS, 2003, p. 18 e 19).

A vila de Porto Velho surgiu a partir de 1907 e o município foi criado pela Lei 757, de 2 de outubro de 1914, lei estadual do estado do Amazonas assinada pelo governador Jonathas Pedrosa. Em 24 de janeiro de 1915, foi instalado o município com a posse do major do Exército Fernando Guapindaia de Souza Brejence, primeiro superintendente (prefeito).

Em 1943, com a criação do Território Federal do Guaporé, Porto Velho foi elevado à categoria de capital, continuou sendo no período em que a denominação era Território Federal de Rondônia, e é atual capital do estado de Rondônia. A cidade de Porto Velho fica localizada à margem direita do rio Madeira, na porção norte do Estado, segundo dados do IBGE, tem uma população em sua área urbana de 273.709 habitantes.

Podemos destacar que o município de Porto Velho caracteriza-se por ser um dos pólos polarizador e centralizador da economia regional, em franco processo de desenvolvimento. Possui um comércio forte, lastreado pela pecuária (exportação de carne bovina), empreendimentos na área de educação que além da Universidade Federal de Rondônia –

UNIR possui várias faculdades particulares, com cursos na área de ciências biológicas, exatas e humanas. Além de um parque industrial promissor.

A cultura empreendedora municipal representa um fator altamente positivo para alavancagem do desenvolvimento econômico, mas encontra dificuldades de expansão por deficiências de sua representação política principalmente em nível estadual além da esfera federal, em infra-estrutura de apoio, dificuldades de acesso tecnológico, escassez de mão-de-obra qualificada e maior atuação do poder público municipal e estadual. Com a reestruturação dos órgãos de representação do Estado que permita melhor acesso às oportunidades de desenvolvimento econômico, tanto no escoamento da produção como na utilização dessas oportunidades como, a construção de duas Hidrelétricas na capital por Furnas, processo já em implantação. A hidrovia do Rio Madeira, que serve para o escoamento da produção de soja vindo de Mato Grosso, com uma média de 800.000 toneladas daquele produto por ano, permitindo uma economia de divisas para o Brasil no frete de mais de 20% até o Porto de Roterdã, quando comparado com as saídas através dos portos de Santos e Paranaguá. Por outro lado, permite ainda a comercialização competitiva de grãos com o Nordeste brasileiro que importou, em 1999, 1,6 milhões de toneladas de milho (600 mil da Argentina, 500 mil dos EUA e 500.000 dos mercados brasileiros). Além de acesso a mercados regionais (principalmente Manaus, Cuiabá e o MERCOSUL), com mercadorias vindas da fronteira com a Bolívia.

Pela hidrovia do Rio Madeira conforme está sendo comprovado através de um processo já iniciado com o Estado do Ceará, o maior consumidor de milho do Nordeste, Rondônia pode competir vantajosamente com as importações daquele estado, provindas dos Estados Unidos e da Argentina e em igualdade de condições com os estados do Sul e Sudeste brasileiro. À posição estratégica de Rondônia na Amazônia Ocidental e à abertura competitiva aos mercados europeus e do Nordeste, via hidrovia, soma-se a possibilidade de integração comercial com a Bolívia e Peru. Esta realidade favorece as grandes, médias e principalmente as micros e pequenas empresas.

O esforço da comunidade e de algumas Instituições como SEBRAE, CETENE, EMATER, IBAMA, o Governo e a Prefeitura local, através de suas secretarias, busca uma liderança competitiva de produtos madeireiros e não madeireiros como a biojóia, em função de um mercado local, nacional e principalmente mundial mais exigente quanto à origem, qualidade e certificação destes produtos. (CETENE, Curso de Formação em Biojóias. 2005). Como exemplo de ação conjunta do CETENE e SEBRAE, citamos o oferecimento de cursos para a formação e aprimoramento técnico de artesãos para trabalhar as biojóias, o que tem aberto um novo e promissor nicho de mercado para o setor artesanal em Rondônia, aproveitando elementos da natureza e preservando o meio ambiente.

O empreendedor que sair na frente com produtos de boa qualidade, com selos de certificação identificando a sustentabilidade do produto em relação à questão ambiental, originalidade, pois quanto mais natural melhor e principalmente que valorize a cultura local, agregando valor ao produto com respeito ao meio ambiente, garantindo sua sustentabilidade, e conseguindo selos de certificação, pois as fontes destes produtos são esgotáveis, conquistará uma liderança de mercado ainda pouco explorada que é o internacional. Só assim é que conseguirão agregar o crescimento econômico, tecnológico e industrial com proteção a ao meio ambiente, garantindo e preservando a fauna e flora para gerações futuras. A liderança empreendedora ambiental só será aproveitada com oportunidades novas e pouco comuns. É ter iniciativa para implementar idéias e realiza-las, observando as necessidades do mercado.

## 7 Procedimentos Metodológicos

Baseado na taxionomia apresentada por Vergara (2003) este artigo está classificado em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória, pois “é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado” (VERGARA, 2003, p. 47), visando descrever as características dos artesãos de Porto Velho, RO, que tiram da floresta a matéria prima para a confecção de seu artesanato e biojóias. Quanto aos meios é uma pesquisa documental, porque se vale de documentos de órgão públicos e empresas privadas. Também é uma pesquisa bibliográfica, isto é, “estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, ou seja, material acessível ao público em geral” (VERGARA, 2003, p. 48). Foram usados, na pesquisa, dados coletados com um dos autores do processo de comercialização das biojóias no estado de Rondônia, utilizando o método da observação participante ou ativa que, conforme Gil (1991), consiste no tipo de observação na qual existe a real participação do pesquisador diante do fenômeno.

Resumindo, a pesquisa constituiu um estudo de caso único; segundo Yin (2004, p. 61-63), por analogia a um experimento único, o estudo de caso único deve: representar um caso decisivo para confirmar, contestar ou estender uma teoria, ser um caso raro, ser típico, ser revelador, entre outros.

## 8 Análise de Resultados

Dentre os principais fatores reconhecidos como problemas na confecção do artesanato está a falta de mão-de-obra qualificada, o que poderá ser resolvido com os programas de capacitação ministrados pelo SEBRAE, CETENE e EMATER, o tratamento, manuseio e desperdício das sementes, que são feitos amadoristicamente, sem conhecimentos técnicos e a necessidade de conscientização da população local pela preservação da floresta, não tirando dela os frutos que não serão utilizados, permitindo o reflorestamento e, conseqüentemente, que atuem como atores convencidos da valorização para a qualidade de vida de todo um planeta. Outro fator foi a improvisação feita por alguns artesões locais, que utilizam equipamentos rústicos e instalações precárias para o beneficiamento das sementes o que deixa a desejar quanto ao produto final que é a biojóia. A falta de um selo de certificação ambiental em produtos não madeireiros diminui a qualidade e valorização do produto, principalmente no mercado externo. Ressaltamos que o tratamento das sementes que antes eram feitos com produtos químicos está sendo direcionado para produtos como óleos e essências vegetais, que não causa problemas para pessoas alérgicas a produtos químicos.

## Conclusões

A conservação do meio ambiente é fundamental para a sobrevivência de nosso planeta, pois suas fontes naturais não são inesgotáveis e cabe ao homem o compromisso de preservá-las. O mundo todo tem seus olhos voltados para a Floresta Amazônica, chamada de “pulmão do mundo”. Na medida em que as relações entre conscientização e sustentabilidade ambiental ainda são temas pouco explorados, este estudo levanta a questão do empreendedorismo sustentável, uma vez que um dos autores é ator desse processo, visto comercializar biojóias, que são as jóias confeccionadas com sementes retiradas da floresta, beneficiadas, produzidas e comercializadas na cidade de Porto Velho, Rondônia. O empreendedorismo sustentável será mais do que a valorização de imagem perante clientes e sociedade ou a fidelização da clientela. As políticas dos três governos devem ter seus

interesses e compromisso voltado para vários pontos importantes ligados à preservação das florestas. Com cuidado especial para o manejo sustentável, atuação não só em conformidade com políticas, procedimentos, princípios corporativos e legislação ambiental vigentes. Mas, também na preservação da qualidade de vida dos moradores das áreas de floresta, com cursos sobre meio ambiente e equilíbrio ecológico, empreendedorismo e negócio sustentável, apostando na geração de trabalho e comercialização para seus produtos, com incentivos fiscais, linhas de créditos específicas e outras benfeitorias. Será necessária uma somatória de esforços e ações para alterar o quadro atual, sendo indispensável à participação do governo, das organizações não governamentais, das empresas e da sociedade em geral, visto o homem ter um compromisso com as gerações futuras, devendo usar os recursos naturais com sabedoria para repassar às futuras gerações um planeta limpo e preservado. O pressuposto, portanto é corroborado.. O tema deste artigo está longe de ser saturado; ao contrário, é um tema novo, desafiador, que poderá levar a outros estudos sobre o meio ambiente e o empreendedorismo sustentável.

## Referências

- AGRA, Klondy Lúcia de Oliveira: Visão Colonizadora e Desenvolvimento de Rondônia. Disponível em <http://www.primeiraversão.unir.br/artigo137.html>. Acessado em 05/06/07. 1p.
- BENNIS, Warren; NANUS, Burt. Líderes e estratégias para assumir a verdadeira liderança. São Paulo: Harbra, 1988.
- CENTRO TECNOLÓGICO E NEGÓCIOS DE RONDÔNIA - CETENE. Rondônia: 2005.
- COHEN, Marleine. Guia Pequenas Empresas Grandes Negócios. Como manter viva a sua empresa. Rio de Janeiro: Globo, 2002.
- CRUZ, Carla. RIBEIRO, Uirá. Metodologia Científica: Teoria e Prática. Rio de Janeiro, Bonsucesso: Axcel Books do Brasil Editora. 2003.
- DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa. 14. ed. São Paulo: Cultura Editores Associados. Maio 1999 (1. ed.).
- DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- DORRESTEIJN, Hans; GONTIJO, Maria Jose, ROCHA Marcelo Theoto. Empreendedorismo em Negócios Sustentáveis. Plano de negócios como ferramenta do desenvolvimento. Peirópolis: 2005.
- DRUCKER, Peter. O líder do futuro – visões, estratégias e práticas para uma nova era. São Paulo: Futura, 1996.p. 159-168.
- FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- FILION, Louis Jacques. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. Revista de Administração, São Paulo: v.34, n. 2. p. 19, abril / junho 1999.
- FPNQ. Fundação Prêmio Nacional da Qualidade. Critérios de Excelência 2004. Disponível em: <<http://www.fpnq.org.br>>. Acesso dia 19 de novembro de 2006.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1991.
- \_\_\_\_\_. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- GUIMARÃES, Roberto P. A assimetria dos interesses comparativos: América Latina e a agenda global do meio ambiente. In: LEIS, Héctor R. (org.). Ecologia e Política Mundial. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1991, pp. 99-134.
- HISRICH, D. Robert; PETERS, P. Michael. Empreendedorismo. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

- KLONDY, Lúcia de Oliveira Agra. Visão colonizadora e desenvolvimento de Rondônia. ANO I, Nº 137 – MAIO. Universidade Federal de Rondônia (UFRO). Centro de Hermenêutica do presente. Porto Velho: Editora Universidade Federal de Rondônia. 2003.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. Cultura Amazônica: uma poética do Imaginário. Belém. PA: CEJUP, 1997.
- MATIAS, Francisco. Síntese da Formação Histórica de Rondônia. Editora Municipalista. Brasília, 2003.
- MELLOR, J. W.; Química Inorgânica Moderna; Vol II, Editora Globo, Porto Alegre, 1967; p 843.
- OLIVEIRA de U. Ariovaldo. Amazônia: Monopólio, Expropriação e Conflitos. Série educar aprendendo. São Paulo: Editora Papyrus. 1993.
- \_\_\_\_\_. Integrar Para Não Entregar. Políticas Públicas e Amazônia. Editora Papyrus. 1993.
- OLIVEIRA, Ovídio A. de. História Desenvolvimento e Colonização do Estado de Rondônia. Dinâmica Editora e Distribuidora Ltda. Porto Velho, RO. 2003.
- PÁDUA, José Augusto. Revista Época 2001.
- PENNA, Rejane, TOALDO, Ana Maria Machado, SABEDOT, Sidney (org.) Conhecimento, sustentabilidade e desenvolvimento regional. Canoas: Unisalle, 2006.
- PERROUX, François. A economia do século 20. São Paulo: Herder, 1968.
- PRICKETT, Glenn: PRESS RELEASE. Conservation Internacional lança no Brasil o Centro de Liderança Ambiental para Empresas. Disponível em [http://conservation-stage.industrialmedium.com/xp/news/press\\_release/](http://conservation-stage.industrialmedium.com/xp/news/press_release/). Acessado em 10.05.07. p.1.
- REVKIN, Andrew. Tempo de Queimada, tempo de morte: o assassinato de Chico Mendes e a luta em prol da Floresta Amazônica. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S/A. 1990.
- SEMENIK, Richard J., BAMOSY, Gary J. Princípios de Marketing: uma perspectiva global. São Paulo: Makron, 1995.
- SCHOLTES, Peter R. O Manual do Líder. Um Guia Para Inspirar Sua Equipe. São Paulo: Qualitymark. 1999.
- SCHWARTZMAN, Simon. As Bases do Autoritarismo Brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas. 2003.
- YIN, Robert K. Estudo de Caso Planejamento e Métodos. Artmed – Bookman. 2004.